



CADERNO DE QUESTÕES

AUDITOR FISCAL

NÍVEL SUPERIOR/ MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém **60 (sessenta)** questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou distorções textuais ou em imagens. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
3. A prova terá a duração de **3 h (três horas)**, incluindo o tempo de preenchimento da Folha de Respostas.
4. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **1h (uma hora)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas da prova será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões quando faltarem **60 (sessenta)** minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Considere o aviso a seguir, afixado em um refeitório institucional:



Disponível em:

<http://trabalhodeportinstrumentaljossetarci.blogspot.com/2017/04/ambiguidade-sintatica-e-semantica.html>. Acesso em 15 fev. 2026.

A frase apresenta um problema de construção que gera ambiguidade. Assinale a alternativa que identifica **CORRETAMENTE** a causa dessa ambiguidade e a reescreve de forma a eliminá-la, mantendo o sentido pretendido pela direção do estabelecimento.

(A) A ambiguidade é lexical, pois a palavra "prato" pode significar tanto o utensílio quanto a refeição. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido duas pessoas comerem o mesmo prato."

(B) A ambiguidade é estrutural (ou sintática), pois a expressão "duas pessoas" pode ser interpretada como sujeito ou como objeto direto do verbo "comer". Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido que duas pessoas comam no mesmo prato."

(C) A ambiguidade é polissêmica, pois o verbo "comer" possui mais de um significado. Reescreve-se corretamente como: "Atenção! Não é permitido alimentar-se de duas pessoas utilizando o mesmo prato."

(D) A ambiguidade é referencial, pois não fica claro a quem "a direção" se refere. Reescreve-se corretamente como: "Atenção, direção! Não é permitido comer duas pessoas no mesmo prato."

(E) A frase não apresenta ambiguidade, apenas uma inadequação de pontuação. A forma correta seria: "Atenção! Não é permitido comer, duas pessoas, no mesmo prato."

QUESTÃO 02

Leia o texto abaixo para responder:

"O economista Pedro Gomes defende a semana de quatro dias de trabalho não para tornar as pessoas mais felizes, mas sim porque acredita que, assim, será possível salvar o capitalismo.

Autor do livro *Sexta-feira é o novo sábado* (2021), o professor de economia da Universidade de Londres em *Birkbeck* afirma que o mundo passou por transformações profundas ao longo das últimas décadas, mas o trabalho não acompanhou essas mudanças.

O resultado são funcionários estafados e famílias exaustas — isso pensando na realidade de países em que prevalece a escala 5x1.

Enquanto o Brasil vê ganhar fôlego a campanha para acabar com a semana de seis dias de trabalho com um dia de folga, Gomes aplaude a iniciativa, considerando o modelo algo remanescente do século 19.

Mas frisa a necessidade de que as mudanças sejam graduais e bem planejadas, com diferentes soluções sendo encontradas para diversos setores."

Sobre o texto, analise as afirmativas:

I. A tese central defendida por Pedro Gomes é que a redução da jornada de trabalho para quatro dias semanais deve ser implementada prioritariamente para melhorar a saúde mental e o bem-estar dos trabalhadores.

II. Depreende-se do texto que, para o autor, o modelo de trabalho vigente (escala 5x1) não acompanhou as transformações sociais e econômicas das últimas décadas, gerando desgaste para os trabalhadores.

III. O público-alvo prioritário do texto são especialistas em economia e mercado de trabalho, uma vez que a argumentação se restringe a dados técnicos e estatísticos sobre produtividade.

IV. O texto estabelece uma comparação implícita entre a realidade brasileira (debate sobre o fim da escala 6x1) e a proposta mais ampla de Gomes (semana de quatro dias), situando-as em um mesmo espectro de discussão sobre flexibilização da jornada.

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em:

(A) I e II.

(B) II e IV.

(C) III e IV.

(D) I e III.

(E) II, III e IV.

QUESTÃO 03

Considerando as características dos gêneros textuais no contexto da comunicação oficial e pública, relacione a coluna A (intencionalidade discursiva predominante) à coluna B (gênero):

Coluna A

1. Expor, de forma detalhada e impessoal, fatos e conclusões de uma investigação, visando à objetividade e à comprovação de hipóteses.
2. Interpretar um fato cotidiano sob uma ótica subjetiva e muitas vezes poética, estabelecendo uma cumplicidade com o leitor por meio da reflexão sobre o ordinário.
3. Apresentar a posição institucional do veículo sobre um tema de relevância pública, buscando influenciar a opinião pública e os agentes políticos por meio da argumentação.

Coluna B

- () Editorial de um grande jornal.
() Relatório técnico de comissão parlamentar de inquérito.
() Crônica publicada em revista semanal.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 3, 1, 2.
(B) 2, 3, 1.
(C) 1, 2, 3.
(D) 2, 1, 3.
(E) 3, 2, 1.

QUESTÃO 04

De acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a frase inteiramente **CORRETA** quanto à grafia, acentuação e emprego de maiúsculas/siglas é:

- (A) A ONG apresentou um relatório sobre o microônibus elétrico, cujo protótipo, em fase de auto-aprendizagem, opera com uma tecnologia que não emite poluentes.
(B) O requerimento foi encaminhado ao IPHAN solicitando autorização para a reforma do imóvel, uma vez que o novo projeto prevê a instalação de uma anti-sala e de um mini-auditório.
(C) O parecer técnico da CPRM indicou que o aquífero está com nível preocupante, o que, por si só, já justificaria a decretação de estado de emergência hídrica pelo prefeito.

- (D) A cooperativa de catadores de material reciclável, que firmou convênio com a COMLURB, foi a única a receber o prêmio de destaque em sustentabilidade, recebendo um troféu e um pingente de ouro.
(E) A Assembléia Legislativa aprovou, em turno único, o projeto que cria a Área de Proteção Ambiental, visando coibir o desmatamento e incentivar a criação de abelhas nativas sem ferrão.

QUESTÃO 05

No período “O Ministério Público – **órgão permanentemente essencial à função jurisdicional do Estado** – promoveu, **na última semana**, uma audiência pública; contudo, a participação popular, **embora esperada**, ficou aquém do desejado.”, o emprego dos sinais de pontuação produz, respectivamente, os seguintes efeitos de sentido ou funções:

- (A) O travessão isola um aposto explicativo com valor adverbial; vírgulas em “na última semana” destacam um adjunto adverbial deslocado; o ponto e vírgula separa orações coordenadas sindéticas adversativas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma conjunção concessiva.
(B) O travessão isola um vocativo com valor substantivo; vírgulas em “na última semana” separam elementos de mesma função sintática; o ponto e vírgula introduz uma oração subordinada adverbial consecutiva; vírgulas em “embora esperada” marcam a elipse do verbo.
(C) O travessão isola um adjunto adverbial intercalado com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” marcam a ênclise obrigatória; o ponto e vírgula separa orações subordinadas substantivas; vírgulas em “embora esperada” indicam a supressão de um termo.
(D) O travessão isola um termo de natureza apositiva com valor explicativo; vírgulas em “na última hora” destacam uma expressão circunstancial deslocada; o ponto e vírgula separa orações coordenadas assindéticas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adverbial concessiva intercalada.
(E) O travessão isola um termo acessório com valor restritivo; vírgulas em “na última hora” marcam a próclise em locução verbal; o ponto e vírgula separa orações coordenadas conclusivas; vírgulas em “embora esperada” isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.

QUESTÃO 06

Analise as ocorrências da partícula “se” nas seguintes orações:

- I. “Não se trata de uma ação de indenização por danos materiais, mas de obrigação de fazer.”
- II. “Os documentos extraviaram-se durante a tramitação do processo na secretaria.”
- III. “Precisa-se de intérpretes para a audiência com a comunidade indígena.”
- IV. “O réu feriu-se com a própria arma durante a discussão, segundo a perícia.”

As funções da partícula “se” são, respectivamente:

- (A) Parte integrante do verbo, pronome apassivador, índice de indeterminação do sujeito e pronome reflexivo.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito, pronome apassivador, partícula de realce e pronome recíproco.
- (C) Conjunção subordinativa integrante, pronome reflexivo, índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo.
- (D) Partícula expletiva, pronome apassivador, conjunção condicional e pronome reflexivo.
- (E) Índice de indeterminação do sujeito, pronome reflexivo, partícula apassivadora e parte integrante do verbo.

QUESTÃO 07

Leia os textos abaixo para responder à questão.

Texto I

*Nasce a manhã, a luz tem cheiro... Ei-la que assoma
Pelo ar sutil... Tem cheiro a luz, a manhã nasce...
Oh sonora audição colorida do aroma!
(Alphonsus de Guimaraens)*

Texto II

*“Querida querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos,
Como são lindos os burgueses”
(Caetano Veloso)*

Texto III

*“Não chorem... que não morreu!
Era um anjinho do céu
Que um outro anjinho chamou!
Era uma luz peregrina,
Era uma estrela divina
Que ao firmamento voou!”
(Alvares de Azevedo)*

Considerando os recursos estilísticos e as figuras de linguagem presentes nos textos, analise as afirmativas:

- I. No Texto I, a expressão "sonora audição colorida do aroma" articula três dimensões sensoriais distintas (som, visão e olfato) em uma mesma imagem, configurando-se, assim, na figura de linguagem sinestesia.
- II. No Texto II, a repetição da estrutura "Como são lindos" caracteriza catáfora, e o emprego do verbo "querer" no infinitivo seguido de "querer gritar" ("Querida querer gritar") cria um vício de linguagem chamado pleonasma vicioso.
- III. No Texto III, a caracterização da criança morta como "anjinho do céu", "luz peregrina" e "estrela divina" constitui uma gradação ascendente de metáforas (alegoria), enquanto a ideia de que "não morreu" porque foi chamada por outro anjo configura um eufemismo para a morte.
- IV. Nos três textos, predomina a função poética da linguagem, evidenciada pelo trabalho estético com as palavras, pelo uso de figuras de linguagem e pela exploração de recursos sonoros e rítmicos.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

QUESTÃO 08

Considerando as normas de concordância verbal e nominal da língua culta e os possíveis problemas de ambiguidade, assinale a alternativa em que a reescrita do trecho abaixo mantenha o sentido original e esteja gramaticalmente **CORRETA**.

“A demora na análise dos processos, segundo alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, o que tem gerado recorrentes reclamações.”

(A) Devem-se à complexidade dos novos sistemas, conforme alegam os contribuintes, a demora na análise dos processos e as recorrentes reclamações geradas.

(B) Os contribuintes alegam que a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, os quais tem gerado recorrentes reclamações.

(C) Segundo os contribuintes, a demora na análise dos processos devem-se à complexidade dos novos sistemas, que, recorrentemente, vêm gerando reclamações.

(D) A demora na análise dos processos, alegam os contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas e às recorrentes reclamações que têm sido geradas.

(E) A demora na análise dos processos, segundo alegação dos contribuintes, deve-se à complexidade dos novos sistemas, fato que tem gerado recorrentes reclamações.

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETA** e respectivamente, as lacunas do texto abaixo, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa quanto à regência, à crase e à colocação pronominal.

"O relator do projeto de lei orçamentária apresentou _____ comissão _____ emendas que _____ propostas durante a audiência pública, garantindo que _____ analisaria com a devida atenção."

- (A) à / suas / lhe foram / as.
- (B) a / suas / foram-lhe / às.
- (C) à / suas / lhe foram / às.
- (D) a / à / o foram / as.
- (E) à / suas / o foram / às.

QUESTÃO 10

Considere o período abaixo e analise as relações de sentido estabelecidas pelos conectores destacados:

"O magistrado indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal, **porque** considerou as testemunhas arroladas suspeitas para depor no processo, **conforme** jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, **embora** a defesa tenha apresentado contrarrazões robustas argumentando pela idoneidade das testemunhas."

Os conectores destacados estabelecem, no contexto, relações de sentido, respectivamente, de:

(A) Causa, conformidade e oposição.

(B) Causa, comparação e concessão.

(C) Explicação, consequência e condição.

(D) Explicação, conformidade e concessão.

(E) Conclusão, conformidade e proporção.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

A formulação e a execução de políticas públicas envolvem escolhas de prioridades, coordenação entre órgãos e níveis de governo e definição de arranjos para prestação de serviços essenciais. Em contextos municipais amazônicos, a capacidade estatal de integrar saúde, educação, assistência social, saneamento e infraestrutura se relaciona diretamente com a qualidade de vida e com desigualdades territoriais.

Considerando a atuação estatal no modelo constitucional brasileiro de prestação de serviços públicos e formulação de políticas públicas, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) O Estado tende a exercer papel prioritariamente normativo na definição de políticas, enquanto a execução dos serviços essenciais se organiza como atividade administrativa de rotina. Nesse enquadramento, a qualidade de vida decorre sobretudo da eficiência interna dos órgãos e do ajuste de procedimentos de atendimento.

(B) O Estado tende a atuar como regulador de políticas públicas, com provisão predominante dos serviços essenciais por agentes privados e comunitários. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se relaciona principalmente à liberdade de escolha do usuário e à diversidade de ofertas no território.

(C) O Estado tende a formular e executar políticas públicas por meio de planejamento, coordenação e responsabilização institucional em articulação federativa. Nesse enquadramento, a cobertura e a qualidade de serviços como saúde, educação, assistência, saneamento e infraestrutura influenciam condições de vida, equidade e desenvolvimento social.

(D) O Estado tende a orientar políticas públicas a partir de metas setoriais independentes, com execução baseada em entregas pontuais e baixa necessidade de integração. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se explica majoritariamente por ações emergenciais e por respostas imediatas à demanda.

(E) O Estado tende a se concentrar em formulação estratégica e em transferência de recursos, delegando a execução dos serviços essenciais a redes sociais autônomas. Nesse enquadramento, a qualidade de vida se consolida pela autogestão comunitária e por arranjos locais de provisão.

QUESTÃO 12

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando a concepção integrada de desenvolvimento sustentável e o papel dos instrumentos públicos de gestão ambiental, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela compatibilização entre conservação e atividades produtivas, com centralidade em medidas de mitigação, compensação e recomposição ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão orientam o uso do território principalmente pelo ajuste de impactos decorrentes da atividade econômica.

(B) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela difusão de práticas produtivas de menor impacto e pela consolidação de padrões setoriais de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão atuam prioritariamente na indução de adesão progressiva e na coordenação de compromissos de uso dos recursos naturais.

(C) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pelo acompanhamento de riscos ambientais e pela adaptação territorial a alterações do regime hídrico, da cobertura vegetal e de eventos recorrentes. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão se concentram na estruturação de respostas locais e estratégias comunitárias de resiliência socioambiental.

(D) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão articulam regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental para orientar práticas e reduzir riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável se organizam pela valorização econômica dos recursos naturais e pela incorporação de inovação produtiva com eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção e instrumentos de gestão operam prioritariamente por mecanismos de indução econômica e por arranjos de competitividade regional associados à conservação.

QUESTÃO 13

A ampliação do uso de tecnologias da informação e comunicação tem reconfigurado rotinas de trabalho, padrões de consumo cultural e formas de interação entre cidadãos e instituições.

Nesse cenário, a transformação digital envolve acesso à informação, novos arranjos de serviços e circulação acelerada de conteúdos, produzindo impactos sociais, econômicos e culturais que podem ampliar oportunidades, mas também gerar assimetrias e riscos.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A transformação digital se caracteriza pela substituição integral de processos presenciais por fluxos automatizados, o que tende a uniformizar o acesso à informação e a reduzir assimetrias. Nesse quadro, impactos sociais e culturais decorrem principalmente da padronização tecnológica e da eliminação de intermediários institucionais.

(B) A transformação digital envolve reorganização de processos e serviços, com uso de TICs e ampliação de canais de acesso à informação. Nesse quadro, seus impactos sociais, econômicos e culturais dependem de condições como conectividade, letramento informacional e desenho institucional, podendo tanto reduzir barreiras quanto reforçar desigualdades.

(C) O uso de TICs se estrutura como fenômeno predominantemente técnico, com efeitos concentrados na produtividade econômica. Nesse quadro, impactos sociais e culturais se organizam como externalidades de baixo alcance, e o acesso à informação se define principalmente por disponibilidade de equipamentos.

(D) O acesso à informação no contexto digital se consolida por mecanismos espontâneos de autorregulação de plataformas, que tendem a assegurar neutralidade e equilíbrio informacional. Nesse quadro, os impactos sociais decorrem do aumento da oferta de conteúdo e da multiplicação de canais de comunicação.

(E) A transformação digital se orienta por processos de comunicação centralizados, nos quais a circulação informacional se organiza por fontes institucionais únicas. Nesse quadro, impactos culturais se vinculam à estabilidade de narrativas públicas e à redução de conflitos interpretativos.

QUESTÃO 14

A discussão contemporânea sobre saúde e bem-estar social tem destacado que condições de vida, trabalho, renda, moradia, saneamento, mobilidade e segurança influenciam padrões de adoecimento e possibilidades de prevenção. Em espaços urbanos, a qualidade de vida depende tanto de escolhas individuais quanto de fatores estruturais e de políticas públicas que organizam o território e reduzem vulnerabilidades.

Considerando determinantes sociais da saúde, hábitos saudáveis, prevenção de doenças e segurança/qualidade de vida, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) Determinantes sociais da saúde correspondem principalmente a predisposições individuais e a escolhas de estilo de vida, de modo que prevenção de doenças se organiza por rotinas pessoais. Nesse quadro, segurança urbana atua como fator indireto, com baixa interferência sobre riscos sanitários.

(B) Determinantes sociais da saúde incluem fatores estruturais e territoriais, como renda, educação, trabalho, moradia, saneamento e acesso a serviços. Nesse quadro, hábitos saudáveis e prevenção de doenças se articulam a políticas e condições de segurança e qualidade de vida no espaço social e urbano.

(C) Qualidade de vida urbana se explica por oferta de serviços especializados e por respostas clínicas a agravos, enquanto prevenção de doenças se concentra em ações de curto prazo. Nesse quadro, determinantes sociais têm relevância sobretudo como contexto cultural, com menor relação com desigualdades materiais.

(D) A prevenção de doenças se fundamenta em intervenções tecnológicas e em acesso a informações digitais, enquanto hábitos saudáveis se consolidam por motivação individual. Nesse quadro, determinantes sociais se relacionam ao comportamento coletivo e não influenciam diretamente o funcionamento do ambiente urbano.

(E) Segurança e qualidade de vida no contexto urbano se vinculam prioritariamente à presença de infraestrutura física, enquanto determinantes sociais se concentram em aspectos psicológicos e culturais. Nesse quadro, a prevenção de doenças depende principalmente de campanhas informativas e de autocuidado.

QUESTÃO 15

No Amapá, a relação entre preservação ambiental e desenvolvimento sustentável envolve escolhas de uso do território, manejo de recursos naturais e redução de impactos socioambientais associados a atividades humanas.

Nesse quadro, políticas de proteção ambiental e instrumentos de gestão pública buscam compatibilizar conservação, bem-estar social e dinamismo econômico.

Considerando essas dimensões, identifique a alternativa **CORRETA**.

(A) A preservação ambiental se consolida pela manutenção de áreas sensíveis e pela indução de atividades produtivas com foco em recomposição ambiental posterior. Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável se organiza por medidas de mitigação e compensação como eixo central de gestão socioambiental.

(B) A sustentabilidade se estrutura pela ampliação de práticas produtivas consideradas de baixo impacto e pela adoção de padrões voluntários de responsabilidade ambiental. Nesse quadro, políticas públicas atuam como referências gerais de orientação, favorecendo adesão progressiva e ajustes setoriais no uso de recursos naturais.

(C) Os impactos socioambientais se expressam sobretudo por alterações climáticas de escala ampliada e por variações naturais do regime hídrico e da cobertura vegetal. Nesse quadro, políticas de proteção se direcionam à adaptação territorial e ao fortalecimento de respostas comunitárias a eventos ambientais recorrentes.

(D) O desenvolvimento sustentável se compreende pela integração entre dimensões ambiental, social e econômica, com prevenção de impactos, ordenamento territorial e uso responsável de recursos naturais. Nesse quadro, políticas de proteção ambiental incluem instrumentos de regulação, monitoramento, fiscalização e educação ambiental, orientando práticas e reduzindo riscos socioambientais.

(E) A preservação ambiental se organiza por valorização econômica de recursos naturais e por incentivos à inovação produtiva, promovendo eficiência no uso de insumos. Nesse quadro, políticas de proteção priorizam mecanismos econômicos de indução, articulando competitividade regional e conservação em bases produtivas modernizadas.

QUESTÃO 16

A economia local e regional pode ser compreendida pela articulação entre atividades predominantes, relação entre setor público e privado, dinâmicas de trabalho e renda e condições estruturais que favorecem ou limitam o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, decisões de investimento, infraestrutura, qualificação e capacidade institucional influenciam a organização produtiva e os efeitos sociais do crescimento.

Considerando essas noções, analise as assertivas abaixo e, a seguir, identifique a alternativa **CORRETA**.

I. As atividades econômicas predominantes de um território tendem a se relacionar com seus recursos disponíveis, sua posição geográfica e sua forma de ocupação, repercutindo em oportunidades de trabalho e renda.

II. O setor público influencia o desenvolvimento regional por meio de políticas, serviços e investimentos, ao passo que o setor privado participa por produção, circulação de bens e serviços e geração de postos de trabalho.

III. A noção de economia local e regional inclui a análise de encadeamentos produtivos, fluxos de renda e circulação de mercadorias e serviços, permitindo compreender desigualdades e potencialidades de desenvolvimento.

IV. O desenvolvimento regional se explica principalmente por crescimento econômico agregado, sendo a distribuição de renda e o acesso a serviços fatores secundários para avaliação de qualidade de vida e bem-estar social.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 17

A diversidade cultural brasileira e amazônica se expressa em práticas, símbolos e modos de vida que estruturam identidades regionais e formas de pertencimento.

No âmbito social, o respeito à pluralidade cultural, social e étnica implica reconhecer diferentes matrizes formadoras e enfrentar dinâmicas de exclusão e discriminação que afetam o acesso a direitos e a participação na vida coletiva.

Considerando diversidade cultural, manifestações tradicionais e identidade regional, identifique a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A diversidade cultural pode ser compreendida como coexistência de matrizes e práticas sociais distintas, cujas expressões contribuem para identidades regionais e para a construção de sentidos de pertencimento em diferentes grupos.

(B) Manifestações culturais tradicionais funcionam como referências simbólicas e práticas coletivas que preservam memórias sociais e se atualizam no tempo, integrando processos dinâmicos de identidade regional.

(C) O respeito à pluralidade social, cultural e étnica se vincula à valorização de diferentes modos de vida e à promoção de convivência democrática, considerando que identidades se formam por processos históricos e relações sociais.

(D) A identidade regional pode ser compreendida como resultado de interações entre experiências históricas, práticas culturais e relações sociais, expressando continuidades e transformações em um mesmo território.

(E) A pluralidade cultural e étnica se consolida sobretudo por assimilação progressiva de diferenças em padrões culturais majoritários, de modo que a integração social se organiza pela homogeneização de práticas e referências coletivas.

QUESTÃO 18

No cenário econômico nacional amplamente divulgado no início de 2026, destacaram-se a entrada em vigor do novo salário mínimo (R\$ 1.621), a divulgação de inflação mensal de janeiro em 0,33% (com 4,44% no acumulado em 12 meses) e a manutenção da taxa Selic em 15,00% ao ano.

Esse conjunto de informações foi frequentemente apresentado no debate público como base para interpretações sobre renda, preços, crédito e atividade econômica.

Considerando uma leitura contextual de atualidades econômicas, que articula renda, inflação e política monetária, analise as alternativas a seguir e, em seguida, aponte a que está **CORRETA**.

(A) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação nominal do salário mínimo como referência principal de dinamismo da renda, enquanto inflação e taxa básica de juros atuam como parâmetros de ajuste institucional, com efeitos secundários na interpretação das condições de consumo e financiamento.

(B) A leitura do cenário econômico se organiza pela variação mensal da inflação como referência central de estabilidade de preços, enquanto o acumulado em 12 meses e a taxa básica de juros atuam como parâmetros de acompanhamento, com menor relevância para a análise das expectativas e das condições de crédito.

(C) A leitura do cenário econômico se organiza pela manutenção da taxa básica de juros como referência predominante de coordenação macroeconômica, enquanto renda e inflação corrente atuam como indicadores de acomodação do ciclo, com efeitos derivados sobre consumo e custo de vida.

(D) A leitura do cenário econômico se organiza pela articulação entre renda, inflação e política monetária, de modo que reajuste do salário mínimo, inflação corrente e acumulada e taxa básica de juros componham sinais simultâneos para análise de consumo, crédito, custo de vida e atividade, sem permitir inferência linear a partir de um único indicador.

(E) A leitura do cenário econômico se organiza pela combinação entre renda do trabalho e inflação corrente como eixo de interpretação do poder de compra, enquanto a taxa básica de juros atua sobretudo como referência de política financeira, com incidência indireta sobre a dinâmica cotidiana de preços e decisões de consumo.

QUESTÃO 19

A análise de aspectos gerais do Amapá e de Mazagão, em nível superior, envolve articular localização geográfica, características socioeconômicas, formação histórica e cultural e importância regional, relacionando esses elementos à inserção amazônica e ao contexto nacional. Nessa perspectiva, o território não é apenas cenário físico, mas também base para dinâmicas sociais, culturais e econômicas que estruturam o desenvolvimento.

Considerando esse recorte, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A inserção do Amapá no contexto amazônico e nacional pode ser analisada pela articulação entre território, redes naturais e padrões de ocupação, influenciando dinâmicas socioeconômicas e integração regional.

(B) As características socioeconômicas de Mazagão podem ser compreendidas a partir de sua posição no espaço estadual e de suas formas de organização produtiva e social, que se conectam a dinâmicas regionais amazônicas.

(C) A formação histórica e cultural do Amapá e de Mazagão se relaciona a processos de ocupação e constituição identitária, com permanências e transformações que ajudam a explicar referências simbólicas regionais.

(D) A importância regional do Amapá pode ser discutida considerando-se sua participação em dinâmicas amazônicas e sua interação com políticas e fluxos de escala nacional, repercutindo sobre infraestrutura, economia e organização social.

(E) A localização geográfica do Amapá se define pela inserção no centro do território brasileiro, com predominância de eixos terrestres inter-regionais como matriz de integração nacional, o que condiciona a organização socioeconômica de Mazagão no interior estadual.

QUESTÃO 20

A organização político-administrativa do Brasil combina repartição de competências entre entes federativos e mecanismos de participação social, permitindo que cidadãos acompanhem e influenciem a gestão pública por diferentes vias institucionais. Nesse quadro, a cidadania se conecta tanto ao exercício de direitos e deveres quanto ao controle social da Administração Pública.

Considerando essas noções, analise as assertivas a seguir e identifique a alternativa **CORRETA**.

I. A organização político-administrativa do Brasil compreende União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com autonomia assegurada no âmbito constitucional e competências distribuídas entre esferas próprias e compartilhadas.

II. A repartição de competências pode envolver matérias de interesse comum e regimes de atuação coordenada, demandando articulação entre entes federativos na execução de políticas e serviços públicos.

III. A participação social e o controle social se realizam prioritariamente por órgãos estatais de fiscalização, de modo que a atuação cidadã direta tende a assumir papel secundário na dinâmica de acompanhamento da Administração Pública.

IV. O controle social pode ocorrer por instrumentos institucionais e sociais de acompanhamento e cobrança, como instâncias participativas, canais de comunicação com o poder público e mecanismos de transparência e acesso à informação.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 21

Em um sistema de controle de acesso, considere a seguinte condição:

“Sempre que o acesso for liberado, é necessário que o candidato apresente documento oficial com foto e, além disso, assine a lista de presença ou apresente comprovante de agendamento”.

Proposições:

a: o acesso é liberado.

p: o candidato apresenta documento oficial com foto.

q: o candidato assina a lista de presença.

r: o candidato apresenta comprovante de agendamento.

Notação utilizada:

\neg (negação); \wedge (conjunção); \vee (disjunção);

\rightarrow (implicação).

Considere as proposições acima e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) $a \rightarrow ((p \wedge q) \vee r)$.

(B) $a \rightarrow (p \wedge (q \vee r))$.

(C) $(a \rightarrow p) \wedge (q \vee r)$.

(D) $(p \wedge (q \vee r)) \rightarrow a$.

(E) $a \rightarrow (p \vee (q \wedge r))$.

QUESTÃO 22

Considere as proposições simples “p” e “q” e a proposição composta:

$P = (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$.

Considerando a lógica proposicional clássica, analise as alternativas quanto à equivalência lógica de P, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) P é logicamente equivalente a $(p \vee q)$.

(B) P é logicamente equivalente a $(p \wedge q)$.

(C) P é logicamente equivalente a $(\neg p \vee q) \wedge (\neg q \vee p)$.

(D) P é logicamente equivalente a $(p \rightarrow q)$.

(E) P é logicamente equivalente a $\neg(p \leftrightarrow q)$.

QUESTÃO 23

Durante uma reunião de planejamento, um coordenador afirmou:

“Conversei com dois servidores do setor de protocolo e ambos disseram que não gostam de mudanças. Portanto, os servidores desta instituição resistem a qualquer mudança.”

De acordo com a teoria da argumentação, analise o raciocínio apresentado, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O argumento incorre em generalização apressada.

(B) O argumento incorre em falso dilema.

(C) O argumento incorre em ad hominem.

(D) O argumento incorre em petição de princípio.

(E) O argumento incorre em apelo à autoridade.

QUESTÃO 24

Em uma conferência de 260 documentos administrativos digitalizados, foram identificadas três possíveis inconsistências:

A: documento com assinatura ausente.

B: documento com data incompleta.

C: documento com página ilegível.

Sabe-se que:

$n(A) = 150$.

$n(B) = 130$.

$n(C) = 110$.

$n(A \text{ interseção } B) = 65$.

$n(A \text{ interseção } C) = 58$.

$n(B \text{ interseção } C) = 49$.

$n(A \text{ interseção } B \text{ interseção } C) = 22$.

Com base nesses dados, determine a quantidade de documentos que apresentam exatamente duas inconsistências, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 84.

(B) 94.

(C) 128.

(D) 150.

(E) 106.

QUESTÃO 25

Considere a sequência numérica a seguir:

2, 6, 7, 21, 22, 66, ___

Observando a regularidade do padrão apresentado, determine o próximo termo da sequência, e indique a alternativa **CORRETA**.

(A) 68.

(B) 69.

(C) 70.

(D) 67.

(E) 72.

QUESTÃO 26

Um sistema de protocolo gera códigos de 4 caracteres utilizando apenas os algarismos 0 a 9, sem repetição de dígitos. Por regra, o código não pode começar com 0 (zero) e deve terminar com um dígito par.

Considere que o dígito 0 (zero) é permitido na última posição.

Determine o número total de códigos possíveis, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 2.160.
- (B) 2.296.
- (C) 2.520.
- (D) 2.880.
- (E) 3.024.

QUESTÃO 27

Em uma caixa há 12 envelopes de habilitação, sendo:

- 8 envelopes com documentação completa (C).
- 4 envelopes com documentação incompleta (I).

Dois envelopes são retirados sucessivamente, ao acaso, sem reposição.

Com base nessas informações, determine a probabilidade de que seja retirado pelo menos um envelope com documentação incompleta (I), e em seguida, indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 14/33.
- (B) 8/33.
- (C) 5/11.
- (D) 1/3.
- (E) 19/33.

QUESTÃO 28

Um contrato anual de prestação de serviços tinha valor inicial de R\$ 125.000,00. No período seguinte, foi aplicado um reajuste de 12% e, posteriormente, foi concedido um desconto de 5% sobre o valor já reajustado.

Com base nessas informações, determine o valor final do contrato após o reajuste e o desconto, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) R\$ 131.250,00.
- (B) R\$ 132.500,00.
- (C) R\$ 133.000,00.
- (D) R\$ 133.500,00.
- (E) R\$ 134.000,00.

QUESTÃO 29

No plano cartesiano, considere o ponto "P" de coordenadas (3, -2). Sobre esse ponto, são aplicadas, nesta ordem, as seguintes transformações:

1. Uma translação T que leva (x, y) em (x - 4, y + 5).
2. Uma rotação de 90° no sentido horário em torno da origem.

Com base nessas informações, determine as coordenadas do ponto final obtido após as duas transformações, e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) (3, 1).
- (B) (3, -1).
- (C) (-3, 1).
- (D) (-3, -1).
- (E) (1, 3).

QUESTÃO 30

O quadro a seguir apresenta a quantidade de processos concluídos por três setores, em dois meses consecutivos.

SETOR	JANEIRO	FEVEREIRO
Setor A	90	110
Setor B	70	90
Setor C	40	50

Com base nos dados apresentados, determine a variação percentual do total de processos concluídos em FEVEREIRO em relação a JANEIRO e indique a alternativa **CORRETA**.

- (A) 18%.
- (B) 20%.
- (C) 22%.
- (D) 25%.
- (E) 30%.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 31

Em razão de demanda superior à oferta, a prefeitura instituiu critérios para priorização de atendimento em um serviço público municipal de alta procura (com vagas/atendimentos limitados), devendo justificar a medida à luz de cidadania, dignidade da pessoa humana e igualdade.

Considerando os fundamentos constitucionais e a distinção entre igualdade material e tratamento arbitrário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A priorização baseada na regularidade fiscal do usuário e no histórico de contribuição tributária ao ente local expressa um critério de cidadania ativa, produzindo igualdade na medida em que alinha precedência no serviço à participação no financiamento coletivo.

(B) A priorização baseada em vulnerabilidade objetivamente mensurada, com regras públicas, motivação e possibilidade de revisão administrativa, compatibiliza dignidade e igualdade ao admitir diferenciação razoável orientada ao interesse público.

(C) A priorização baseada no tempo de residência no município e no vínculo político-administrativo do requerente, concretiza cidadania e igualdade por reconhecer o pertencimento territorial como parâmetro central, relegando critérios socioeconômicos a função complementar.

(D) A priorização baseada em indicação comunitária (conselhos locais, lideranças ou representação territorial), formalizada em procedimento padronizado, concretiza dignidade e igualdade por substituir critérios socioeconômicos por reconhecimento social, reduzindo risco de favorecimento.

(E) A priorização baseada em sorteio entre todos os cadastrados, por assegurar tratamento idêntico aos interessados, traduz de modo típico a igualdade material e preserva dignidade ao evitar qualquer diferenciação entre situações sociais distintas.

QUESTÃO 32

Para enfrentar conflitos recorrentes de uso do espaço urbano (ruído, eventos, comércio ambulante e ocupações temporárias), a prefeitura passou a editar atos normativos e praticar atos concretos de poder de polícia, disciplinando horários, exigindo autorizações para certas atividades e aplicando medidas administrativas.

Considerando os limites constitucionais à restrição de direitos fundamentais, a legalidade, a proporcionalidade e a motivação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atuação municipal de poder de polícia pode impor condicionamentos ao uso de bens públicos e ao exercício de atividades em espaços urbanos, desde que o faça com base em competência administrativa legítima, finalidade pública definida e medidas proporcionais ao risco que se pretende mitigar.

(B) A restrição administrativa de direitos no espaço urbano demanda motivação que explicita a finalidade, o nexo com a situação regulada e a adequação do meio empregado, permitindo controle posterior de legalidade e de eventual desvio de finalidade, sem transformar discricionariedade em arbítrio.

(C) A exigência de autorização prévia para determinados eventos em praças e vias pode ser compatível com direitos fundamentais quando estruturada por critérios objetivos, prazos e procedimentos, funcionando como mecanismo de gestão do uso do bem público, e não como filtro de conteúdo ou de orientação do ato.

(D) A aplicação de medidas administrativas imediatas (como interdição de atividade irregular ou apreensão de equipamentos) pode ocorrer no âmbito do poder de polícia quando houver disciplina normativa e proporcionalidade na providência, assegurando-se, em seguida, via adequada de impugnação e revisão administrativa.

(E) A prefeitura pode, por decreto, instituir diretamente limites gerais de uso do espaço público e sanções administrativas correspondentes, ainda que não exista disciplina legal municipal específica sobre a matéria, desde que a motivação aponte a proteção da ordem urbana e a medida seja apresentada como proporcional.

QUESTÃO 33

Uma prefeitura pretende: (i) editar norma de posturas urbanas (ruído, ocupação de calçadas, horários e requisitos procedimentais para eventos), (ii) ajustar regras de licenciamento urbanístico e (iii) reforçar ações de vigilância sanitária e fiscalização ambiental urbana, com previsão de sanções administrativas e procedimentos de revisão.

De acordo com a CF/88 e da repartição de competências (competência material vs legislativa; competência comum vs concorrente; normas gerais vs suplementação/interesse local), analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente (atuação comum) e, no plano legislativo, editar normas de interesse local e suplementares para posturas, uso do solo e procedimentos fiscalizatórios, inclusive com sanções administrativas, desde que observe devido processo e não contrarie parâmetros gerais fixados por normas superiores.

(B) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, na ausência de normas gerais federais prévias, editar disciplina com alcance de norma geral setorial para estruturar integralmente a política local, desde que a regra seja aplicável apenas no território municipal e esteja motivada no interesse público.

(C) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, mas sua competência legislativa em matéria concorrente pressupõe norma geral federal e norma suplementar estadual anteriores, de modo que, sem disciplina estadual específica, o município atua predominantemente por atos administrativos e não por lei local.

(D) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente e, em razão da sua autonomia administrativa, está autorizado a dispensar o licenciamento ambiental definido em lei estadual ou federal, estabelecendo, por lei local, que atividades de impacto relevante fiquem sujeitas apenas à fiscalização discricionária do prefeito.

(E) O município pode exercer competência material em saúde e meio ambiente, e pode editar posturas urbanas, mas a previsão de sanções administrativas com efeitos imediatos deve ser tratada como matéria legislativa típica de nível superior, razão pela qual a disciplina municipal se limita a orientações e recomendações, sem estruturar um regime sancionatório próprio.

QUESTÃO 34

No âmbito municipal, a organização do Estado e a separação de funções impõem distinções entre controle (fiscalização, auditoria, monitoramento) e gestão (execução administrativa).

Considerando as funções institucionais no município e os mecanismos de controle recíproco, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Controle e gestão são funções complementares: o órgão de controle, ao identificar impropriedades, pode assumir atos executórios para assegurar continuidade e eficiência, pois a finalidade pública autoriza a transição do controle para a execução quando houver risco de dano ao interesse coletivo.

(B) Controle e gestão se diferenciam por enfoque: o controle tem natureza técnica e, por isso, pode emitir comandos vinculantes sobre procedimentos de execução, inclusive determinando escolhas administrativas, desde que fundamente suas ordens em critérios de eficiência e economicidade.

(C) Controle e gestão são funções distintas: o controle acompanha, verifica e recomenda, enquanto a gestão decide e executa. O controle pode indicar impropriedades e requerer informações, mas não substitui o gestor na prática de atos administrativos, permanecendo a execução sujeita a responsabilização e controle posterior.

(D) Controle e gestão se diferenciam por temporalidade. O controle opera preferencialmente a posteriori, quando ocorre de forma concomitante, perde neutralidade e, por isso, deve se abster de requisitar informações durante a execução, limitando-se a relatórios finais.

(E) Controle e gestão se diferenciam por competência: a gestão detém a titularidade do ato administrativo e, por isso, pode modular o fornecimento de dados e documentos ao controle conforme juízo de conveniência, preservando discricionariedade e autonomia decisória do órgão executor.

QUESTÃO 35

De acordo com os princípios constitucionais da Administração Pública — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (LIMPE) — e da ideia de juridicidade como atuação conforme o ordenamento jurídico em sentido amplo, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A legalidade administrativa vincula a atuação estatal à lei e ao direito; em especial, a Administração exerce competências delimitadas, devendo agir com fundamento normativo e finalidade pública, sob controle de legalidade.

(B) A impessoalidade orienta a atuação administrativa para fins públicos, vedando favorecimentos e perseguições, e também funciona como parâmetro para aferir promoção pessoal indevida, inclusive em atos e comunicações institucionais.

(C) A moralidade administrativa exige probidade, lealdade e boa-fé no exercício da função pública, operando como critério jurídico de validade do ato, ainda que o ato seja formalmente legal.

(D) A eficiência autoriza a Administração a afastar exigências legais e procedimentais sempre que elas imponham custos ou atrasos, desde que a decisão seja motivada no interesse público e na necessidade de entrega de resultados.

(E) A publicidade assegura transparência e controle social dos atos administrativos, admitindo formas e limites definidos pelo ordenamento, especialmente quando envolvam sigilos legítimos e proteção de dados.

QUESTÃO 36

O controle da Administração Pública pode ocorrer por diferentes vias, envolvendo mecanismos internos, externos, judiciais e também participação social, cada qual com escopo próprio.

Considerando limites entre controle de legalidade e controle de mérito administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle pode examinar conformidade do ato com o ordenamento e, conforme o caso, apontar irregularidades. O controle judicial tende a incidir sobre juridicidade e não substitui escolhas de conveniência e oportunidade, salvo quando houver violação de parâmetros jurídicos.

(B) O controle externo se concentra em resultados e eficiência e, por isso, pode substituir a decisão administrativa por outra considerada superior, sempre que a avaliação técnica indicar alternativa mais vantajosa ao interesse público.

(C) O controle interno se limita a registrar atos e arquivar documentos, pois a análise de procedimentos e a verificação de falhas caracterizam interferência indevida na gestão e comprometem a separação funcional.

(D) O controle judicial se orienta à melhor solução administrativa e, por isso, pode redefinir prioridades de políticas públicas sempre que houver divergência técnica sobre o caminho mais eficiente.

(E) O controle social é incompatível com a Administração Pública, pois transparência e acesso à informação não se relacionam com controle, mas apenas com divulgação institucional de atos já concluídos.

QUESTÃO 37

No serviço público municipal, agentes públicos estão sujeitos a deveres funcionais, vedações e padrões de integridade, com atenção a conflito de interesses e à probidade administrativa. Considerando esses conceitos em nível geral, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A integridade funcional admite que o agente utilize informações internas não públicas para orientar decisões pessoais, desde que não haja prejuízo direto ao erário, pois a vedação relevante recai apenas sobre o recebimento de vantagem indevida.

(B) O conflito de interesses exige prova de vantagem efetiva obtida pelo agente; na ausência de benefício comprovado, não há risco à integridade, sendo irrelevante a aparência de parcialidade ou a proximidade com interessados.

(C) A probidade administrativa está relacionada ao dever de agir com honestidade e lealdade às finalidades públicas; por isso, situações que comprometam imparcialidade podem demandar medidas preventivas para proteger a confiança na decisão pública.

(D) Dever funcional e ética pública se limitam ao cumprimento literal de normas internas; escolhas que suscitem dúvida sobre imparcialidade são matérias exclusivamente privadas, salvo quando houver denúncia formal e instauração de processo disciplinar.

(E) A atuação em atendimento ao público é campo livre de conflitos, pois a decisão é rotineira; assim, o agente pode privilegiar pedidos de pessoas conhecidas, desde que também atenda os demais, preservando a aparência de cordialidade e eficiência.

QUESTÃO 38

No Direito Administrativo, a validade do ato administrativo é analisada à luz de seus elementos clássicos (competência, finalidade, forma, motivo e objeto) e da distinção entre vício e mérito administrativo. Considerando especialmente a diferença entre vício de finalidade (desvio) e vício de motivo/objeto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O vício de finalidade ocorre quando o agente atua fora do interesse público, e pode ser tratado como questão de mérito, pois envolve a conveniência da decisão; por isso, sua correção é feita por revogação, e não por invalidação.

(B) O vício de finalidade se caracteriza quando o ato, embora formalmente adequado, é praticado com propósito diverso do previsto em lei, como favorecimento ou perseguição; nesse caso, não se trata de mero mérito, mas de ilegalidade por desvio de finalidade.

(C) O vício de motivo está presente quando a Administração escolhe uma alternativa menos eficiente entre opções lícitas; por isso, a invalidação do ato decorre do controle de mérito, sempre que demonstrada superioridade técnica de outra decisão.

(D) O vício de objeto ocorre quando a motivação apresentada é insuficiente ou genérica; nesses casos, o defeito reside na falta de fundamentação, que é componente do mérito e pode ser suprido por justificativa posterior sem repercussão sobre a validade.

(E) O vício de motivo e o vício de finalidade se confundem, pois ambos dizem respeito às razões do administrador; assim, a distinção é apenas terminológica e não altera o regime de controle e correção do ato.

QUESTÃO 39

No regime jurídico dos atos administrativos, o desfazimento pode ocorrer por anulação ou por revogação, com fundamentos e efeitos distintos.

Considerando a diferença entre ilegalidade e conveniência/oportunidade, bem como os efeitos sobre situações concretas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A anulação decorre de conveniência e oportunidade e se aplica quando o ato não é mais útil ao interesse público. A revogação decorre de ilegalidade e é o meio adequado para corrigir vícios de competência, finalidade, forma, motivo ou objeto.
- (B) A anulação e a revogação são modalidades equivalentes de desfazimento, diferenciando-se apenas pelo órgão que as pratica; seus efeitos temporais são idênticos, pois qualquer desfazimento impede que o ato produza efeitos desde a origem.
- (C) A revogação é aplicável tanto a atos legais quanto ilegais, pois a Administração pode optar por desfazer o ato por razões de mérito ou de juridicidade. A anulação, por sua vez, é reservada a hipóteses em que exista prejuízo financeiro mensurável.
- (D) A revogação produz efeitos necessariamente retroativos, pois desfaz o ato desde a origem. A anulação, por corrigir ilegalidade, pode produzir efeitos apenas para o futuro, preservando integralmente os efeitos anteriores do ato.
- (E) A anulação decorre de ilegalidade e, em regra, opera *ex tunc*. A revogação decorre de conveniência e oportunidade e, em regra, opera *ex nunc*, admitida preservação excepcional de efeitos por segurança jurídica.

QUESTÃO 40

No âmbito municipal, a transparência administrativa envolve transparência ativa e passiva, mecanismos de controle social e limites decorrentes de proteção de dados pessoais e hipóteses legais de sigilo.

Considerando esse equilíbrio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A transparência ativa se concretiza pela divulgação proativa de informações de interesse coletivo, com atualização, linguagem acessível e meios de consulta que viabilizem acompanhamento de receitas, despesas, contratos e resultados.

(B) A transparência passiva pressupõe resposta motivada a pedidos de informação, com indicação de providências adotadas e possibilidade de revisão, inclusive quando a informação já estiver disponível por outro meio oficial.

(C) Em documentos que contenham dados pessoais, é possível compatibilizar publicidade e proteção de dados por meio de tarja/anonimização e fornecimento parcial, preservando o conteúdo necessário ao controle social.

(D) Em documentos que contenham dados pessoais, o tratamento adequado é o indeferimento integral do acesso, pois a proteção de dados prevalece sobre a transparência, cabendo o fornecimento apenas mediante decisão judicial específica.

(E) A restrição de acesso por sigilo pode ocorrer quando houver hipótese legal pertinente, devendo ser justificada, limitada ao necessário e estruturada de modo a preservar, sempre que viável, o acesso ao conteúdo não protegido.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 41

A conformação constitucional do Sistema Tributário Nacional não se limita à distribuição formal de competências impositivas entre os entes federativos, envolvendo também um conjunto de limitações materiais ao exercício do poder de tributar, bem como a definição das fontes normativas aptas a instituir e disciplinar a tributação.

Nesse contexto, a compreensão técnica do tema exige distinguir a competência tributária constitucionalmente atribuída, a capacidade tributária ativa para exigir o crédito, a repartição constitucional de receitas e a posição hierárquica das normas que estruturam o regime jurídico tributário no Estado federativo brasileiro.

Considerando o Sistema Tributário Nacional, os princípios constitucionais tributários, as fontes do direito tributário, a competência tributária da União, dos Estados e dos Municípios, bem como a organização dos entes federativos e o controle de constitucionalidade, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) A capacidade tributária ativa decorre diretamente da titularidade da competência tributária, razão pela qual somente o ente político constitucionalmente competente pode exercer as atividades de arrecadação, fiscalização e cobrança judicial do tributo correspondente.

(B) A repartição constitucional de receitas tributárias implica partilha do produto arrecadado entre entes diversos, circunstância que permite ao ente beneficiário da quota-parte interferir na disciplina normativa do tributo cuja arrecadação lhe seja parcialmente destinada.

(C) As limitações constitucionais ao poder de tributar condicionam o exercício da competência tributária e vinculam a validade da legislação instituidora ou modificadora de tributos, sem que a participação de um ente federativo na receita de determinado tributo implique titularidade da competência para instituí-lo.

(D) A hierarquia das fontes em matéria tributária admite que atos regulamentares detalhem a aplicação da legislação tributária, podendo inclusive redefinir elementos da incidência tributária quando destinados a assegurar maior eficiência na arrecadação.

(E) A competência tributária municipal, por integrar a autonomia político-administrativa local, permite ao Município instituir tributos previstos constitucionalmente e disciplinar sua arrecadação, inclusive mediante a criação de exações não expressamente previstas na Constituição quando vinculadas a interesse local.

QUESTÃO 42

No direito tributário, a estrutura da relação jurídico-tributária não se reduz à identificação abstrata do tributo devido, pois envolve a articulação entre a natureza da prestação exigida, a classificação jurídica da exação instituída e a definição dos sujeitos que podem ocupar validamente o polo passivo da obrigação.

Nesse campo, a distinção entre obrigação principal e acessória, entre contribuinte e responsável, e entre modalidades legalmente admitidas de sujeição passiva exige tratamento técnico cuidadoso, sobretudo para evitar a sobreposição indevida entre categoria tributária, dever instrumental e regime de responsabilização.

Considerando as espécies tributárias, a obrigação tributária e a responsabilidade tributária, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A obrigação tributária acessória, por possuir conteúdo patrimonial indireto e finalidade arrecadatória mediata, confunde-se com a obrigação principal sempre que o seu inadimplemento puder resultar na imposição de penalidade pecuniária ao sujeito passivo.

(B) O sujeito passivo da obrigação tributária principal se restringe à figura do contribuinte, uma vez que a responsabilidade tributária atribuída por lei a terceiro ou substituto não altera a titularidade passiva da relação obrigacional originária.

(C) A responsabilidade tributária por sucessão e a responsabilidade por substituição possuem fundamento comum na transferência posterior do débito já constituído, razão pela qual ambas pressupõem, para sua validade, a prévia identificação do contribuinte originário em lançamento regularmente notificado.

(D) As taxas e as contribuições de melhoria, por dependerem de atuação estatal específica ou de valorização imobiliária decorrente de obra pública, distinguem-se dos impostos quanto ao seu fundamento jurídico, sem que essa diferença elimine a necessidade de definição legal do sujeito passivo e da correspondente obrigação tributária.

(E) A sujeição passiva indireta alcança exclusivamente terceiros desvinculados do fato gerador, pois o substituto tributário, embora recolha tributo devido por outrem, não integra tecnicamente a categoria dos responsáveis, mas figura como mero executor material da arrecadação antecipada.

QUESTÃO 43

No regime jurídico do crédito tributário, a disciplina normativa das causas que interferem em sua constituição, exigibilidade, exclusão ou extinção não se organiza por critérios meramente terminológicos, mas por distinções técnicas que produzem consequências próprias quanto ao nascimento da obrigação, à formalização do crédito, à possibilidade de cobrança e à própria subsistência do vínculo jurídico tributário.

Nesse contexto, a correta compreensão de institutos como lançamento, suspensão da exigibilidade, exclusão do crédito, extinção, isenção, anistia, remissão e decadência exige análise conceitual rigorosa, apta a evitar aproximações indevidas entre categorias que, embora correlatas, não se equivalem em seus pressupostos, efeitos e fundamentos.

Considerando o regime jurídico do crédito tributário e os institutos que interferem em sua constituição, exigibilidade, exclusão ou extinção, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) A decadência e a remissão constituem modalidades extintivas do crédito tributário fundadas, em essência, na mesma lógica jurídica, pois ambas impedem a persistência da pretensão fazendária em razão de circunstâncias supervenientes reconhecidas pela ordem normativa.

(B) A isenção e a anistia operam sobre planos jurídicos distintos: a primeira recai sobre o tributo e integra as hipóteses de exclusão do crédito tributário, enquanto a segunda recai sobre penalidades pecuniárias, não alcançando, em regra, o tributo principal, salvo disposição legal expressa.

(C) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário impede a constituição do crédito enquanto perdurar a causa suspensiva, razão pela qual o lançamento regularmente iniciado deve ser sobrestado até o desaparecimento do respectivo fundamento legal.

(D) A exclusão do crédito tributário e sua extinção se distinguem apenas quanto ao momento procedimental em que reconhecidas, já que ambas pressupõem a prévia constituição definitiva do crédito e produzem, ao final, o mesmo resultado jurídico-material.

(E) O lançamento, por traduzir atividade administrativa vinculada destinada a constituir o crédito tributário, deixa de ser necessário quando a obrigação surge diretamente da ocorrência do fato gerador e a lei já define, de forma completa, seus elementos essenciais.

QUESTÃO 44

No regime de cobrança dos créditos fazendários, a dívida ativa não se confunde nem com o surgimento da obrigação tributária nem com a simples constituição administrativa do crédito, pois sua inscrição representa etapa juridicamente qualificada dentro de um iter que articula controle de legalidade, formalização do título e viabilização da cobrança pelos meios admitidos em lei.

Nessa perspectiva, a certidão de dívida ativa ocupa posição central, tanto por exteriorizar os elementos do crédito inscrito quanto por servir de suporte à cobrança judicial em procedimento especial, sem que disso resulte indistinção entre validade do crédito, regularidade da inscrição e exigibilidade executiva do título.

Considerando a disciplina da dívida ativa, da certidão de dívida ativa e da execução fiscal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A inscrição em dívida ativa constitui, por si só, o crédito tributário, de modo que, ausente esse ato administrativo específico, a Fazenda Pública até pode reconhecer a existência da obrigação e do lançamento, mas ainda não dispõe de crédito juridicamente formado.

(B) A certidão de dívida ativa, embora necessária à execução fiscal, possui natureza meramente declaratória da pretensão fazendária, razão pela qual sua emissão não depende da regularidade formal do procedimento de inscrição, desde que o débito materialmente exista.

(C) A cobrança extrajudicial do crédito inscrito impede o ajuizamento simultâneo da execução fiscal, porque a opção administrativa por meios não judiciais de recuperação do débito afasta, até seu encerramento, a utilização do rito executivo previsto em lei.

(D) A exequibilidade da certidão de dívida ativa decorre exclusivamente da presunção de legitimidade dos atos administrativos, sendo juridicamente irrelevante, para fins de execução fiscal, eventual deficiência na indicação da origem, natureza ou fundamento legal do débito inscrito.

(E) A inscrição em dívida ativa não cria o crédito tributário, mas formaliza sua submissão ao regime de cobrança próprio dos créditos fazendários, enquanto a certidão correspondente, extraída do termo de inscrição, deve refletir os requisitos legalmente exigidos para aparelhar a execução fiscal.

QUESTÃO 45

A competência tributária municipal, embora constitucionalmente delimitada, projeta-se sobre um conjunto heterogêneo de exações submetidas a regimes jurídicos distintos, cuja disciplina depende tanto da matriz constitucional de competência quanto da conformação legal conferida pela legislação local, observadas as normas gerais de direito tributário.

Nesse contexto, a compreensão sistemática dos tributos municipais exige distinguir hipóteses de incidência, bases normativas, limitações constitucionais ao poder de tributar e técnicas de desoneração fiscal, sem reduzir a análise à mera identificação nominal de IPTU, ISSQN, ITBI, taxas e contribuição de melhoria.

Considerando a competência tributária municipal e o regime jurídico dos tributos de sua titularidade, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **INCORRETA**.

(A) As taxas municipais, por decorrerem da competência tributária residual do ente local, podem ser instituídas tanto em razão do exercício regular do poder de polícia quanto em razão de serviços públicos específicos e divisíveis, desde que haja pertinência entre a atuação estatal e o sujeito passivo.

(B) O exercício da competência tributária municipal depende de previsão constitucional quanto às espécies tributárias de sua titularidade, mas a disciplina concreta de aspectos como alíquotas, isenções, obrigações acessórias e mecanismos de arrecadação reclama veiculação por meio da legislação local, observadas as normas gerais aplicáveis.

(C) O IPTU e o ITBI, embora ambos incidam sobre situações juridicamente relacionadas a bens imóveis, submetem-se a hipóteses de incidência distintas, não se confundindo a tributação da propriedade imobiliária com a incidência sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis ou de direitos reais sobre eles, ressalvadas as exceções constitucionais e legais.

(D) A contribuição de melhoria não se confunde com imposto nem com taxa, estando vinculada à valorização imobiliária decorrente de obra pública, razão pela qual sua instituição exige observância dos pressupostos normativos próprios desse regime tributário.

(E) Imunidades e isenções não se equivalem tecnicamente, pois a imunidade opera como limitação constitucional ao poder de tributar, ao passo que a isenção decorre de opção normativa infraconstitucional no âmbito da competência tributária validamente exercida.

QUESTÃO 46

No âmbito da tributação municipal sobre serviços, a disciplina do ISSQN não se exaure na definição abstrata de sua hipótese de incidência, pois sua operacionalização envolve a articulação entre regra material de tributação, deveres instrumentais, técnicas de apuração, controle fiscal e consequências decorrentes do descumprimento das obrigações impostas ao sujeito passivo. Por isso, a compreensão adequada do imposto exige distinguir a dinâmica de incidência sobre a prestação de serviços, a definição da base de cálculo e das alíquotas, bem como as modalidades de lançamento e o papel da fiscalização na constituição do crédito e na imposição de penalidades.

Considerando o regime jurídico do ISSQN, a atividade fiscalizatória municipal, as modalidades de lançamento e a aplicação de penalidades fiscais, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O lançamento por homologação afasta a atuação constitutiva da Administração Tributária, de modo que eventual fiscalização posterior possui natureza exclusivamente revisional, sem aptidão para formalizar diferenças de crédito ou aplicar penalidades decorrentes de inexecução no cumprimento da obrigação tributária.

(B) O ISSQN, por incidir sobre prestação de serviços, submete-se necessariamente ao lançamento por declaração, já que a identificação da materialidade tributável depende, em regra, da exteriorização prévia de informações pelo sujeito passivo para que a autoridade administrativa constitua validamente o crédito.

(C) A atividade fiscalizatória relativa ao ISSQN não se limita à verificação do adimplemento espontâneo, podendo alcançar o exame de documentos, declarações e demais elementos relevantes à apuração do tributo, inclusive para fins de constituição de diferenças e imposição de sanções legalmente previstas.

(D) A imposição de penalidade fiscal vinculada ao ISSQN pressupõe sempre a prévia constituição integral do crédito tributário principal, uma vez que a infração tributária acessória não autoriza, por si, a formalização autônoma de exigência pecuniária no âmbito do procedimento administrativo fiscal.

(E) A base de cálculo do ISSQN, por refletir a dimensão econômica da prestação tributável, pode ser redefinida por ato regulamentar municipal sempre que a complexidade das operações sujeitas ao imposto recomendar critérios administrativos mais adequados à eficiência arrecadatória.

QUESTÃO 47

O processo administrativo tributário, embora estruturado segundo disciplina procedimental própria, não se desenvolve à margem das garantias fundamentais que conformam a atuação estatal em matéria sancionatória e de exigência patrimonial, razão pela qual sua dinâmica deve ser compreendida não apenas como sucessão ordenada de atos administrativos, mas como espaço juridicamente vinculado de instauração, impugnação, instrução, decisão e revisão.

Nesse sentido, a relação entre contraditório, ampla defesa, prazos, recursos e formação da decisão administrativa exige leitura técnica que preserve, ao mesmo tempo, a funcionalidade do procedimento e os limites constitucionais impostos à atuação fazendária.

Considerando o processo administrativo tributário, suas fases, prazos, meios de impugnação e garantias constitucionais incidentes, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) O contraditório e a ampla defesa, no processo administrativo tributário, restringem-se à fase recursal, pois a fase de constituição inicial da exigência possui natureza unilateral preparatória, incompatível com a incidência plena de garantias impugnativas.

(B) A existência de prazos legalmente definidos no processo administrativo tributário atende à racionalidade procedimental e à segurança jurídica, sem que sua disciplina autorize a supressão do direito de impugnação, de produção defensiva ou de interposição de recursos nos termos da legislação aplicável.

(C) O recurso administrativo, por decorrer da autotutela da Administração, prescinde de previsão normativa específica, bastando a demonstração de inconformismo do sujeito passivo para que se inaugure nova etapa de reapreciação integral da exigência tributária.

(D) A estrutura do contencioso administrativo tributário afasta a incidência direta das garantias fundamentais do devido processo legal, uma vez que tais garantias se dirigem precipuamente ao processo judicial e não vinculam, com a mesma intensidade, os procedimentos de natureza administrativa.

(E) A notificação do sujeito passivo no procedimento tributário possui função meramente informativa, razão pela qual eventuais deficiências formais em sua realização não comprometem a higidez do processo sempre que a Administração demonstrar a materialidade do crédito exigido.

QUESTÃO 48

A atividade de auditoria fiscal, no âmbito da Administração Tributária, não se resume à verificação mecânica de documentos ou ao simples cotejo entre declarações e recolhimentos, pois envolve procedimentos tecnicamente orientados de seleção, análise, confirmação e valoração de evidências relevantes à apuração de obrigações tributárias e de eventuais infrações correlatas.

Nesse contexto, diligências externas, exame documental, levantamento de dados, elaboração de registros de fiscalização e tratamento de informações protegidas por sigilo devem ser compreendidos à luz das prerrogativas legais do agente fiscal, mas também dos limites funcionais que condicionam a validade da atuação administrativa e a responsabilização do servidor em caso de desvio, abuso ou divulgação indevida de informações.

Considerando a auditoria fiscal, as diligências e técnicas de fiscalização, o sigilo fiscal e a responsabilidade funcional do agente público, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atividade de auditoria fiscal pode envolver diligências externas, análise documental e levantamento de dados relevantes à apuração tributária, desde que tais procedimentos sejam conduzidos nos limites legais e orientados à formação de juízo técnico sobre a regularidade das obrigações examinadas.

(B) O sigilo fiscal não elimina a possibilidade de circulação interna de informações no âmbito da Administração quando necessária ao exercício regular de competências legalmente atribuídas, mas impõe restrições à divulgação indevida e à utilização funcionalmente desvinculada da finalidade pública que justificou o acesso ao dado.

(C) A obtenção e a análise de evidências em procedimento fiscal devem guardar pertinência com o objeto da fiscalização, de modo que a atividade instrutória, embora dotada de amplitude técnica, não se legitima pela simples invocação genérica do interesse arrecadatário.

(D) A responsabilidade funcional do agente fiscal decorre apenas da comprovação de dano efetivo ao erário ou ao contribuinte, razão pela qual irregularidades formais na condução da diligência ou no tratamento de dados protegidos não ensejam repercussão disciplinar quando ausente prejuízo material demonstrado.

(E) As técnicas de fiscalização não se limitam ao exame isolado de documentos espontaneamente apresentados, podendo compreender a organização, o cruzamento e a valoração de informações obtidas por meios legalmente admitidos, desde que preservadas a finalidade do procedimento e as garantias incidentes.

QUESTÃO 49

No campo da contabilidade geral, a utilidade da informação contábil não decorre apenas do registro formal dos fatos patrimoniais, mas da adequada classificação, mensuração e evidenciação dos elementos que compõem a posição financeira, o desempenho econômico e os fluxos da entidade.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis, o tratamento do ativo imobilizado, a apropriação da depreciação e a distinção entre gastos, custos e despesas integram uma lógica informacional que influencia tanto a análise patrimonial quanto a interpretação do resultado e da eficiência operacional. Por isso, a compreensão técnica dessas categorias exige atenção às finalidades específicas de cada demonstração e aos efeitos das classificações contábeis sobre a representação da realidade econômica.

Considerando os princípios contábeis, as NBCs, as demonstrações contábeis, a contabilidade de custos, o ativo imobilizado e a depreciação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O balanço patrimonial evidencia, em determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade, mediante a apresentação estruturada de ativos, passivos e patrimônio líquido, não se confundindo com demonstrações voltadas à apuração do desempenho em período ou à evidenciação dos fluxos de caixa.

(B) A Demonstração do Resultado do Exercício tem por finalidade evidenciar a formação do resultado econômico do período, ao passo que a Demonstração dos Fluxos de Caixa se orienta à exposição das movimentações financeiras classificadas segundo atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

(C) A depreciação do ativo imobilizado corresponde ao reconhecimento contábil da perda de valor decorrente do uso, da ação do tempo ou da obsolescência, repercutindo na mensuração do resultado e no valor contábil do bem, sem significar, por si, desembolso financeiro no momento de sua apropriação.

(D) Na contabilidade de custos, a adequada distinção entre custos, despesas e demais gastos interfere na qualidade da informação gerencial e contábil, influenciando tanto a análise de desempenho quanto a avaliação de estoques e a mensuração do resultado.

(E) A DMPL, por se destinar à evidenciação das variações ocorridas no patrimônio líquido, substitui integralmente a função analítica da DRE sempre que a entidade pretenda demonstrar, em perspectiva mais ampla, a formação do resultado e sua destinação no período.

QUESTÃO 50

Na contabilidade aplicada ao setor público, a compreensão da dinâmica da receita e da despesa exige distinguir planos normativos e registros que não se sobrepõem integralmente, ainda que se articulem no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Nesse contexto, a Lei nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as normas contábeis do setor público conformam uma estrutura em que empenho, liquidação, pagamento, restos a pagar e regimes de reconhecimento assumem funções específicas, cuja correta interpretação depende de não se confundir autorização orçamentária, ocorrência do fato administrativo, exigibilidade financeira e reflexo patrimonial.

Considerando a contabilidade pública, os regimes contábeis, as receitas e despesas orçamentárias, bem como os estágios da despesa pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A liquidação da despesa corresponde à verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, não se confundindo com o empenho nem com o pagamento, ainda que integre a sequência regular da execução da despesa orçamentária.

(B) O empenho representa o estágio final da despesa pública, pois é nele que se reconhece o implemento do direito do credor, razão pela qual despesas empenhadas e não pagas ao término do exercício devem ser classificadas, indistintamente, como restos a pagar processados.

(C) Os restos a pagar abrangem exclusivamente despesas pagas após o encerramento do exercício financeiro, motivo pelo qual sua inscrição depende da prévia saída financeira dos recursos correspondentes e de sua reclassificação contábil no exercício subsequente.

(D) No setor público, o regime contábil afasta a necessidade de distinguir execução orçamentária de variação patrimonial, uma vez que a despesa pública somente produz efeito contábil relevante quando integralmente quitada dentro do exercício financeiro em que autorizada.

(E) A receita orçamentária, por se submeter integralmente ao regime patrimonial, deve ser reconhecida apenas no momento em que houver efetivo ingresso financeiro, sendo juridicamente imprópria qualquer diferenciação entre arrecadação, previsão e reconhecimento contábil no âmbito público.

QUESTÃO 51

No regime das finanças públicas, o planejamento orçamentário não se resume à elaboração fragmentada de peças formais, mas compõe uma arquitetura normativa e funcional voltada à programação da ação estatal, à compatibilização entre metas e recursos e ao controle da execução fiscal.

Nessa estrutura, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual desempenham funções distintas e complementares, cuja articulação deve ser compreendida em consonância com os deveres de equilíbrio fiscal, com o tratamento jurídico da dívida pública e com as condicionantes impostas aos mecanismos de desoneração arrecadatória. Por isso, a leitura técnica da matéria exige separar planejamento, autorização, execução e responsabilidade, evitando tanto a equiparação indevida entre os instrumentos orçamentários quanto a confusão entre renúncia de receita e simples frustração de arrecadação.

Considerando o planejamento orçamentário, a execução orçamentária, a dívida pública, a renúncia de receita e a gestão fiscal responsável, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A lei orçamentária anual concentra integralmente a função de planejamento fiscal do ente público, razão pela qual o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias assumem natureza subsidiária, sem conteúdo normativo relevante para a conformação da execução orçamentária.

(B) A renúncia de receita se caracteriza sempre que a arrecadação realizada ficar abaixo da previsão inicialmente estimada, ainda que a diferença decorra de fatores econômicos supervenientes ou de erro de projeção, e não de providência normativa de desoneração.

(C) O plano plurianual define metas e diretrizes de médio prazo, a lei de diretrizes orçamentárias orienta a elaboração da lei orçamentária anual e estabelece parâmetros da política fiscal, e a lei orçamentária anual veicula a previsão de receitas e a fixação de despesas para o exercício, em articulação com os deveres de responsabilidade na gestão fiscal.

(D) A disciplina da dívida pública, por envolver operações de financiamento do Estado, permanece juridicamente apartada do sistema de planejamento orçamentário, de modo que seus impactos fiscais se projetam apenas na execução financeira, sem interferência relevante sobre as peças de planejamento.

(E) A gestão fiscal responsável autoriza a ampliação de benefícios tributários sempre que a medida se revele economicamente conveniente à Administração, independentemente de demonstração de seus efeitos sobre as metas fiscais, desde que a previsão arrecadatória da lei orçamentária anual se mantenha formalmente inalterada.

QUESTÃO 52

A gestão fiscal responsável, no âmbito da Administração Pública, não se sustenta apenas pela observância formal de metas e limites legais, mas depende da existência de mecanismos institucionais de controle, monitoramento, transparência e responsabilização capazes de assegurar integridade, rastreabilidade decisória e correção de desvios.

Nesse contexto, o controle interno, a auditoria, a transparência fiscal, as transferências intergovernamentais e os regimes de responsabilização por infrações fiscais integram uma rede de instrumentos que se articulam com o controle externo e com a própria dimensão social da fiscalização da atividade financeira do Estado.

Por isso, a análise técnica da matéria exige distinguir funções, destinatários, pressupostos de atuação e consequências jurídicas próprias de cada mecanismo, sem reduzir o tema a uma visão indistinta de supervisão administrativa.

Considerando o controle interno, a auditoria, a transparência fiscal, as transferências e a responsabilização por infrações fiscais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O controle interno não se limita à detecção posterior de irregularidades, podendo atuar de forma preventiva, concomitante e corretiva, inclusive mediante avaliação de procedimentos, verificação de conformidade e apoio institucional ao aperfeiçoamento da gestão fiscal.

(B) A transparência fiscal não se exaure na publicação formal de dados, pois pressupõe disponibilização de informações em condições minimamente adequadas de compreensão, acompanhamento e controle, sem prejuízo das restrições legais de sigilo quando cabíveis.

(C) As transferências intergovernamentais, embora submetidas a regimes jurídicos distintos conforme sua natureza constitucional ou voluntária, não se dissociam por completo do sistema de controle da gestão fiscal, podendo sua regularidade ser objeto de acompanhamento institucional e de responsabilização em caso de infração.

(D) O controle externo, por traduzir fiscalização exercida fora da estrutura administrativa do órgão controlado, exclui a necessidade de funcionamento efetivo de sistemas de controle interno, já que a duplicidade de instâncias de verificação comprometeria a eficiência e a racionalidade da supervisão fiscal.

(E) A responsabilização por infrações fiscais não depende, em todos os casos, da mesma lógica aplicável à invalidação de atos ou à recomposição patrimonial, podendo assumir feições próprias conforme a natureza da infração, o regime normativo incidente e a posição funcional do agente envolvido.

QUESTÃO 53

No regime jurídico-administrativo, a atuação estatal se submete a princípios, prerrogativas e limitações que condicionam a validade dos atos administrativos, o exercício dos poderes da Administração e os regimes de controle e responsabilização.

Nesse contexto, autotutela, abuso de poder e responsabilidade civil do Estado são categorias distintas, embora relacionadas, exigindo diferenciação conceitual precisa quanto aos seus fundamentos e efeitos.

Considerando os princípios da Administração Pública, os poderes administrativos, os atos administrativos e a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O poder de autotutela autoriza a Administração a revogar ou anular atos administrativos sempre que reputá-los inconvenientes ao interesse público, ainda que já tenham produzido efeitos plenamente consolidados e amparados por situação jurídica definitivamente estabilizada.

(B) O abuso de poder abrange tanto o excesso de poder quanto o desvio de finalidade, mas sua ocorrência não implica, por si, qualquer repercussão sobre a validade do ato administrativo, produzindo efeitos apenas no plano disciplinar do agente responsável.

(C) A responsabilidade civil do Estado decorre automaticamente da simples ilegalidade do ato administrativo, de modo que a invalidação do ato gera, por si só e em qualquer hipótese, dever de indenizar independentemente da demonstração de dano juridicamente relevante.

(D) Os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público autorizam a Administração, no exercício de seus poderes, a afastar exigências formais não essenciais sempre que a finalidade pública do ato estiver materialmente preservada, ainda que haja vício originário em elemento vinculado.

(E) A invalidação do ato administrativo se relaciona ao controle de sua compatibilidade com a ordem jurídica, enquanto a responsabilidade civil do Estado depende de pressupostos próprios, não se confundindo a existência de vício no ato com a configuração automática do dever de indenizar.

QUESTÃO 54

No campo das contratações públicas, a preservação da integridade administrativa não depende apenas da observância formal das regras licitatórias, mas também da incidência de regimes jurídicos distintos de responsabilização, prevenção e repressão de ilícitos.

Nesse contexto, a disciplina das licitações e contratos administrativos, a Lei Anticorrupção e o regime de improbidade administrativa não se confundem, embora possam incidir sobre fatos relacionados, exigindo leitura técnica capaz de distinguir seus fundamentos, sujeitos, pressupostos e consequências.

Considerando as licitações e contratos administrativos, a Lei Anticorrupção e a improbidade administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A responsabilização da pessoa jurídica por atos lesivos à Administração Pública, nos termos da Lei Anticorrupção, não depende da demonstração de improbidade administrativa nem se confunde com a invalidação do contrato ou com a responsabilização pessoal de agentes públicos.

(B) A configuração de irregularidade em procedimento licitatório implica, por si só, a incidência automática e cumulativa dos regimes de improbidade administrativa e de responsabilização objetiva da pessoa jurídica, independentemente da natureza da conduta, do sujeito envolvido ou da tipicidade legal específica.

(C) O regime de improbidade administrativa, por possuir função abrangente de tutela da moralidade administrativa, absorve integralmente a disciplina sancionatória aplicável às contratações públicas, tornando residual a incidência de normas específicas sobre integridade empresarial e licitações.

(D) A nulidade de contrato administrativo celebrado com vício de legalidade conduz necessariamente ao reconhecimento de ato de improbidade e à imposição de sanções à pessoa jurídica contratada, ainda que ausente enquadramento legal próprio da conduta.

(E) A integridade nas contratações públicas constitui diretriz essencialmente programática, sem aptidão para repercutir sobre a responsabilização jurídica dos envolvidos, cuja disciplina permanece limitada à verificação da validade formal do procedimento licitatório.

QUESTÃO 55

No setor público, a auditoria governamental compreende diferentes modalidades de exame, cada qual orientada por finalidades, objetos e produtos próprios, sem prejuízo da observância de referenciais normativos comuns e da articulação entre os sistemas de controle interno e externo.

Nesse contexto, a distinção entre auditoria de conformidade, auditoria operacional e auditoria fiscal exige leitura técnica que evite tanto a equiparação indevida entre essas espécies quanto a redução de sua função à mera revisão documental.

Considerando a auditoria governamental, seus tipos, as normas aplicáveis ao setor público e a integração entre controle interno e externo, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) A auditoria operacional se concentra na verificação da estrita aderência formal dos atos administrativos às normas vigentes, razão pela qual seu produto típico consiste na declaração de regularidade documental dos procedimentos examinados.

(B) A auditoria de conformidade e a auditoria operacional se distinguem, entre outros aspectos, porque a primeira enfatiza a aderência a critérios normativos e procedimentais, ao passo que a segunda examina desempenho, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da atuação administrativa.

(C) A auditoria fiscal, por se destinar à apuração de obrigações tributárias específicas, desenvolve-se fora do campo das normas de auditoria do setor público, submetendo-se apenas à lógica arrecadatória própria da Administração Tributária.

(D) A integração entre controle interno e externo elimina a autonomia funcional de cada instância de fiscalização, de modo que os achados produzidos por uma delas vinculam integralmente a outra quanto à metodologia, às conclusões e às recomendações emitidas.

(E) As normas de auditoria do setor público uniformizam integralmente objeto, escopo e produto de todas as modalidades de auditoria governamental, impedindo que a Administração ajuste procedimentos conforme a natureza do controle realizado.

QUESTÃO 56

Na auditoria pública contemporânea, a prevenção e a detecção de fraudes, impropriedades e desvios não dependem de uma relação mecânica entre coleta de documentos e conclusão decisória, mas de uma cadeia metodológica que articula avaliação de riscos, definição de critérios de seleção, obtenção de evidências, formação de achados e elaboração de produtos técnicos compatíveis com a finalidade do trabalho.

Nessa perspectiva, amostragem, análise de risco, relatórios, pareceres, mecanismos de compliance e controle de fraudes não operam como categorias intercambiáveis, embora se influenciem reciprocamente na estruturação do juízo auditorial e na formulação de conclusões e recomendações.

Considerando a análise de risco, a amostragem, os achados de auditoria, os relatórios e pareceres, bem como os mecanismos de *compliance* e controle de fraudes, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A identificação de risco elevado de fraude autoriza, por si só, a formulação de achado conclusivo, desde que o auditor explicita, em relatório, a probabilidade racional da ocorrência do desvio e a compatibilidade dessa inferência com o histórico do objeto examinado.

(B) O uso de amostragem em auditoria pública compromete a validade técnica das conclusões sempre que o trabalho envolva risco de irregularidade relevante, pois a materialidade do objeto fiscalizado impõe, nesses casos, exame integral dos elementos disponíveis.

(C) O parecer e o relatório de auditoria, embora ambos constituam produtos técnicos do trabalho de controle, não se confundem necessariamente quanto à função, ao grau de síntese e ao modo de exteriorização das conclusões, assim como a recomendação não se identifica, por si, com o próprio achado que a fundamenta.

(D) Os mecanismos de *compliance*, por se orientarem à prevenção de desvios, substituem a necessidade de análise de risco no planejamento de auditoria, uma vez que a existência de controles formais instituídos desloca o foco do auditor para a mera verificação de aderência procedimental.

(E) A evidência de auditoria, quando obtida por procedimento documental idôneo, torna dispensável a correlação entre risco, critério e materialidade, já que a confiabilidade da fonte é suficiente para converter a informação colhida em conclusão técnica diretamente oponível aos responsáveis.

QUESTÃO 57

A evolução dos modelos de administração pública não se traduz em mera sucessão cronológica de técnicas de organização estatal, mas em distintas formas de compreender a relação entre legalidade, desempenho, controle, coordenação institucional e entrega de valor público.

Nesse contexto, o deslocamento de uma lógica predominantemente burocrática para arranjos gerenciais e de governança exige leitura conceitual cuidadosa, sobretudo quando se examinam planejamento estratégico, gestão por resultados, indicadores de desempenho e eficiência arrecadatória no âmbito da administração tributária.

Considerando os modelos de administração pública, o planejamento estratégico, a gestão por resultados, os indicadores e a eficiência da arrecadação, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) A administração burocrática e a administração gerencial se distinguem principalmente porque a primeira se orienta por controles estritamente finalísticos, ao passo que a segunda retoma a centralidade dos meios formais como garantia de legitimidade e previsibilidade da atuação estatal.

(B) A gestão por resultados dispensa referência consistente a indicadores de desempenho, uma vez que sua racionalidade se satisfaz com a verificação global do cumprimento institucional das competências legais do órgão arrecadador, independentemente da mensuração de produtividade ou efetividade.

(C) A eficiência arrecadatória corresponde, em sentido técnico, ao simples incremento da receita auferida, razão pela qual a análise de desempenho da administração tributária deve se concentrar prioritariamente na expansão do montante arrecadado, com relevância apenas acessória para custos, meios empregados e qualidade institucional do processo.

(D) A transição para modelos gerenciais e de governança elimina a relevância do paradigma burocrático anterior, já que a ênfase contemporânea em desempenho e inovação torna juridicamente secundários os controles de legalidade, procedimento e vinculação normativa.

(E) A governança pública, por enfatizar coordenação, integridade, prestação de contas e geração de valor público, não se reduz à lógica da produtividade imediata, podendo conviver com planejamento estratégico e indicadores que distingam eficiência operacional, eficácia no alcance de metas e efetividade dos resultados institucionais.

QUESTÃO 58

No ambiente da administração tributária digital, a ampliação da transparência não dissolve, por si, os regimes jurídicos de restrição informacional, assim como a proteção de dados e o sigilo legal não descaracterizam o dever de publicidade administrativa. Nesse plano, educação fiscal, prestação de contas e inovação tecnológica não operam como vetores autônomos, mas como dimensões normativamente tensionadas da circulação institucional da informação.

Considerando a transparência, a ética, a prestação de contas, a transformação digital, a educação fiscal e a Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A existência de sigilo legalmente qualificado não representa exceção externa ao dever de transparência, mas elemento interno de sua conformação normativa, razão pela qual a abertura informacional na gestão tributária deve compatibilizar publicidade, finalidade, proteção e controle social.

(B) A transparência ativa, quando instrumentalizada por plataformas digitais de administração tributária, desloca o eixo do acesso à informação do regime jurídico de publicidade para um regime predominantemente tecnológico de disponibilização, no qual a restrição de acesso passa a depender de demonstração concreta de prejuízo institucional.

(C) A educação fiscal, por visar à internalização de deveres cívico-tributários, não se insere propriamente no domínio da *accountability* estatal, já que sua função é formativa e sua racionalidade não se subordina ao regime jurídico da publicidade administrativa.

(D) A prestação de contas, quando apoiada em sistemas digitais de divulgação de dados, satisfaz-se pela inteligibilidade formal das informações disponibilizadas, sendo juridicamente secundária a mediação pedagógica típica da educação fiscal para fins de cidadania tributária.

(E) A Lei de Acesso à Informação, ao consolidar a publicidade como regra, suprime a eficácia cogente das hipóteses de sigilo legal, operando uma transmutação da natureza do dado pessoal em ativo de transparência plena, o que sujeita toda informação custodiada a um regime uniforme e incontrastável de fruição coletiva.

QUESTÃO 59

Na matemática financeira aplicada à gestão pública, a quantificação do valor do dinheiro no tempo não autoriza a superposição indiferenciada entre atualização monetária, remuneração do capital, desconto e amortização, ainda que esses institutos frequentemente incidam sobre o mesmo fluxo obrigacional.

Por isso, equivalência de capitais, inflação, juros e proporcionalidade devem ser compreendidos em planos tecnicamente distintos, embora relacionalmente articulados.

Considerando juros simples e compostos, descontos, equivalência de capitais, amortização, atualização monetária, inflação e proporcionalidade, analise as alternativas a seguir e assinale a que está **CORRETA**.

(A) A atualização monetária, por recompor o valor nominal da moeda em face da inflação, coincide economicamente com os juros compostos, diferindo destes apenas quanto ao critério legal de incidência sobre a obrigação principal.

(B) A equivalência de capitais dispensa identidade temporal entre prestações comparadas, mas não prescinde da adoção de um critério financeiro comum de comparação, sem o qual a aparente igualdade nominal entre valores em datas diversas permanece tecnicamente insuficiente.

(C) No regime de amortização, a redução progressiva do saldo devedor implica, necessariamente, decréscimo uniforme do valor total das prestações, independentemente do sistema adotado e da forma de apropriação dos encargos financeiros.

(D) O desconto racional e o desconto comercial se distinguem apenas pela nomenclatura tradicional, pois ambos refletem, sob formulações algébricas equivalentes, a antecipação de um capital futuro para sua expressão presente.

(E) Em operações sujeitas a juros simples, a proporcionalidade temporal conduz, invariavelmente, à equivalência financeira entre taxas nominais fracionadas e taxas efetivas acumuladas, desde que incidente o mesmo capital de referência.

(C) O VPL e a TIR são critérios inconciliáveis de decisão, pois o primeiro se orienta por valores absolutos descontados, enquanto a segunda opera por taxa interna, sendo metodologicamente impróprio utilizá-los de forma complementar na avaliação fiscal.

(D) A negação da proposição “se o indicador de produtividade fiscal cresce, então a eficiência arrecadatária melhora” é corretamente expressa por “o indicador de produtividade fiscal cresce e a eficiência arrecadatária não melhora”, sem que essa formulação dependa do conteúdo empírico da relação afirmada.

(E) A leitura de tabelas e indicadores fiscais dispensa estrutura proposicional explícita, já que a interpretação quantitativa dos dados, uma vez formalizada em linguagem gráfica, torna irrelevante a distinção entre inferência válida, generalização e mera correlação observada.

QUESTÃO 60

Na análise de desempenho fiscal, a leitura de indicadores não se reduz à extração imediata de conclusões a partir de valores observados, pois a interpretação de séries, tabelas e gráficos depende de critérios lógicos de inferência e de parâmetros quantitativos que nem sempre coincidem entre si.

Nesse contexto, instrumentos como VPL e TIR operam em plano decisório distinto daquele em que atuam proposições condicionais, equivalências lógicas e padrões sequenciais, embora todos possam concorrer para a racionalização do juízo administrativo.

Considerando o valor presente líquido (VPL), a taxa interna de retorno (TIR), a lógica proposicional, bem como a leitura analítica de indicadores expressos em tabelas, gráficos e sequências, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Sempre que a TIR de um projeto superar a taxa mínima de atratividade, conclui-se, por equivalência lógica necessária, que seu VPL será nulo, pois ambos os critérios exprimem a mesma relação entre retorno percentual e ganho monetário descontado.

(B) Em séries numéricas e gráficos de tendência, a constatação de crescimento sucessivo autoriza inferir, com validade lógica plena, que a variável observada manterá comportamento ascendente nos períodos subsequentes, desde que não haja ruptura metodológica na coleta dos dados.